

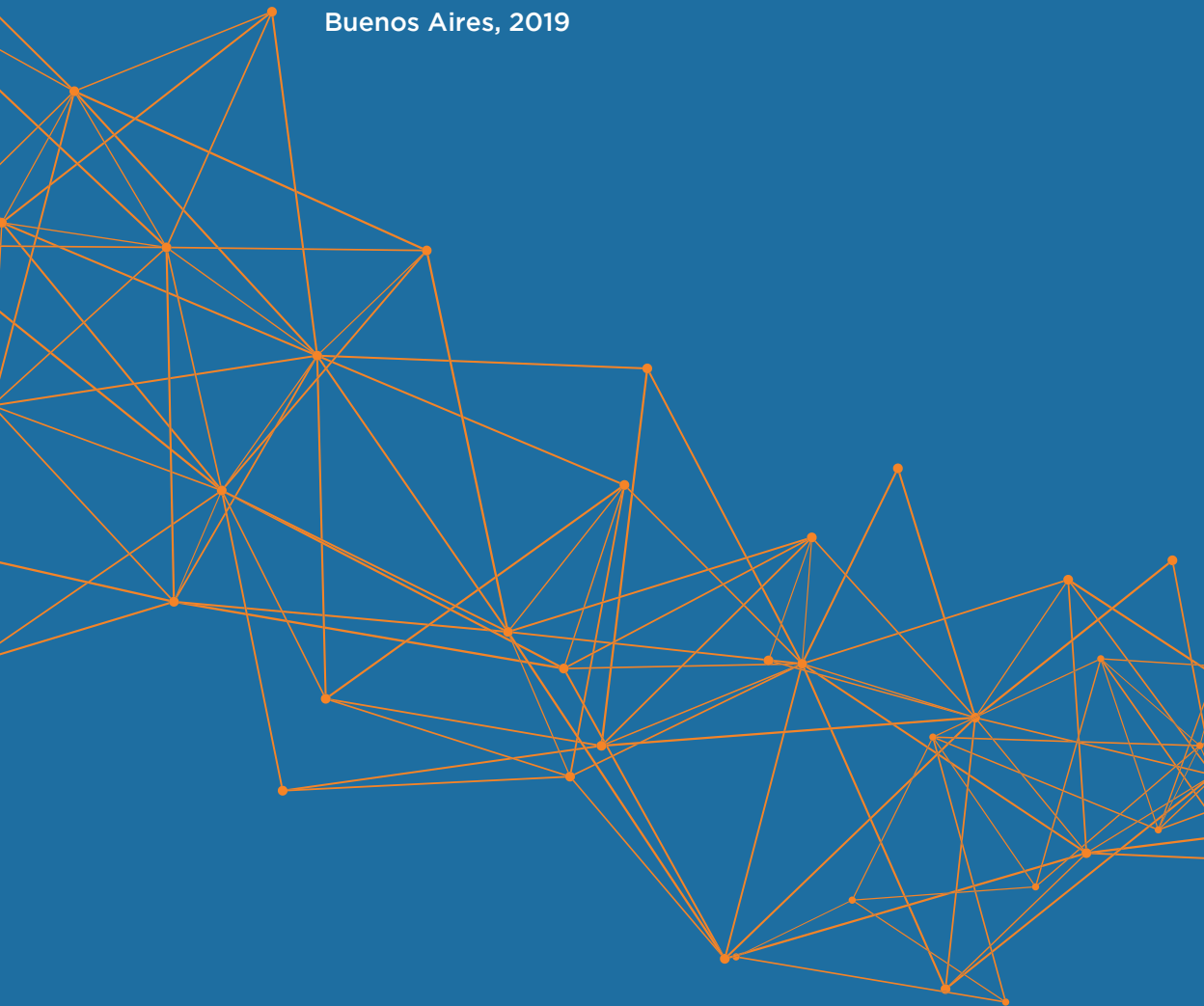
DT

SÉRIE
DOCUMENTOS
DE TRABALHO

16

Eixos principais para uma estratégia de fortalecimento da Cooperação Descentralizada Sul-Sul

Buenos Aires, 2019



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana



PROGRAMA IBERO-AMERICANO
PARA O FORTALECIMENTO DA
**COOPERAÇÃO
SUL-SUL**

DT/16

Eixos principais para uma estratégia de fortalecimento da Cooperação Descentralizada Sul-Sul

SÉRIE DOCUMENTOS DE TRABALHO



A Série de Documentos de Trabalho do PIFCSS tem o objetivo de contribuir para a coleta de conhecimento na América Latina e incentivar o debate nos diferentes assuntos que trata sobre a Cooperação Sul-Sul e Triangular.

Consultor encarregado de preparar o documento

Rafael Echeverri

Secretário Técnico

Daniel Castillo Carniglia

Colaboração

Santiago Dematine, Gisela Gatti, Romina Páez, Julieta Rodríguez,
Giselle Rossemblum, Diego Gonzalo Diaz

Projeto e diagramação

María Laura Ragni

DESCRIÇÃO: As opiniões expressas neste documento correspondem ao seu autor e não representam necessariamente a posição do PIFCSS ou de seus países membros, e não as instituições às quais é feita referência.

©2019 Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.

O presente documento do Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul foi elaborado pelo consultor Rafael Echeverri, cujo trabalho, juntamente com o Grupo de Referência da Linha 1, inclui a sistematização da pesquisa e dos debates dos países ibero-americanos no contexto do Workshop *“Impulsionando uma abordagem territorial da Cooperação Ibero-Americana e construindo uma agenda em apoio aos governos locais ibero-americanos para o desenvolvimento da Cooperação Descentralizada Sul-Sul”*, realizado em Buenos Aires em outubro de 2019.

Tabela de Conteúdo

Prefácio/ 7

Introdução/ 9

Marco e contexto para a participação dos governos sub-nacionais nos esquemas de Cooperação Sul-Sul/ 12

A CDSS e a Cooperação Ibero-Americana/ 15

ATORES DA CDSS

Entidades nacionais responsáveis da cooperação internacional/ 17

Autoridades públicas subnacionais/ 17

Autoridades subnacionais organizadas em redes e parcerias nacionais/ 19

Outros atores/ 19

PRINCÍPIOS E CARACTERÍSTICAS DA CDSS NA IBERO-AMÉRICA

Princípios/ 21

Características distintivas da CDSS/ 22

VISÃO ESTRATÉGICA

Objetivos/ 24

EIXOS ESTRATÉGICOS E AÇÕES

Eixos 1: Fortalecimento e desenvolvimento de capacidades/ 25

Eixos 2: Apoio no registro, análise, sistematização e gerenciamento de conhecimento/ 27

Eixos 3: Desenvolvimento de metodologias, instrumentos e documentos estratégicos/ 28

Eixos 4: Relacionamento e diálogo estratégico / 30

Eixos transversal A: Visibilidade e relevância/ 31

Eixos transversal B: Estabelecer sinergias com programas, iniciativas e projetos adscritos ibero-americanos/ 32

Eixos transversal C: Incorporar a perspectiva de gênero nos trabalhos do Programa/ 32

Acrônimos

CDSS	Cooperação Descentralizada Sul-Sul
CIDEU	Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano
CSS	Cooperação Sul-Sul
ERCI	Entidades Responsáveis da Cooperação Internacional
MECSS	Mecanismo Estruturado para o Intercâmbio de Experiências de Cooperação Sul-Sul
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PABA	Plano de Ação de Buenos Aires para Promover e Realizar a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento
PEFCDSS	Plano Estratégico para o Fortalecimento da Cooperação Descentralizada Sul-Sul e Triangular.
PIFCSS	Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul.
SEGIB	Secretaria Geral Ibero-Americana
UIM	União Ibero-Americana de Municipalistas

Prefácio

À medida em que a Cooperação Descentralizada Sul-Sul (CDSS) foi adquirindo maior protagonismo nos programas de cooperação dos países ibero-americanos, o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) assumiu o desafio de trabalhar em seu fortalecimento. Através de diferentes atividades, os países-membros foram construindo um espaço de reflexão e intercâmbio que permitiu realizar avanços significativos na matéria.

Neste contexto, foi obtido um consenso de que para potenciar este esforço é necessário contar com um contexto de trabalho estruturado no âmbito do PIFCSS, que permita fortalecer as dinâmicas e as práticas de cooperação entre os governos locais na região, de maneira programática. Desta maneira, em 2018, em um encontro realizado pelo PIFCSS em Buenos Aires, Argentina, foi iniciado o processo coletivo de construção de uma estratégia que permita às instituições responsáveis da cooperação dos países ibero-americanos dar impulso e apoio ao desenvolvimento da CDSS na Ibero-América.

O presente documento descreve as prioridades que, de comum acordo, devem ser consideradas para fortalecer a CDSS, identificando os atores fundamentais, os objetivos, os eixos estratégicos e as ações concretas para promover esta modalidade de cooperação. Desta maneira, foi possível identificar linhas de trabalho a desenvolver em nível do fortalecimento das capacidades institucionais, da formação, da produção de informações, da elaboração de metodologias e do diálogo estratégico.

No contexto da Agenda 2030 e do cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, onde todos os atores são chamados a estabelecer parcerias e a contribuir para o desenvolvimento, torna-se especialmente relevante fortalecer a cooperação em nível descentralizado, compreendendo que as ações e as soluções em nível local são, em muitos casos, mais pertinentes e com resultados mais diretos e tangíveis.

É neste sentido que o fortalecimento da CDSS foi considerado como parte importante dos objetivos estratégicos do PIFCSS em sua Estratégia de Médio Prazo 2020-2023. Isto está orientado à tarefa de fortalecer os sistemas nacionais de cooperação, com ênfase em melhorar as capacidades dos atores subnacionais/locais para a gestão de iniciativas de Cooperação Sul-Sul e Cooperação Triangular.

Agradecemos especialmente a todos os países e instituições ibero-americanas que participaram na elaboração do presente documento, compartilhando suas visões, experiências e boas práticas. Confiamos que este documento se tornará um roteiro que permitirá definir as prioridades e as ações para fortalecer e consolidar a CDSS na Ibero-América.

Daniel Castillo Carniglia

Secretário técnico

Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul

Introdução

As relações de intercâmbio e colaboração entre os governos locais dos países ibero-americanos representa um espaço importante da Cooperação Sul-Sul (CSS), que ganha cada vez mais protagonismo e importância na região. Estes vínculos se intensificam como resultado da confluência de processos de transformação das estruturas institucionais para o desenvolvimento, em nível territorial ao interior dos países, da evolução do reconhecimento da comunidade internacional e da importância das cidades e outras instâncias subnacionais como atores fundamentais do desenvolvimento sustentável.

A descentralização e a desconcentração próprias dos processos de democratização territorial na Ibero-América têm significado o empoderamento das instâncias regionais e locais, no reconhecimento de que o governo local é a instância mais próxima para estabelecer uma relação direta entre o Estado e a cidadania. Isto se traduz em um papel cada vez mais protagonista nas instâncias subnacionais e em uma relação de complementaridade política com os governos nacionais. Neste sentido, surgiram múltiplas experiências de inovação na gestão pública, gestadas diretamente no território, que se tornam conhecimento com grande valor de intercâmbio.

As iniciativas de colaboração e intercâmbio entre as entidades subnacionais e os governos locais se baseiam em uma relação horizontal entre governos que compartilham desafios de desenvolvimento, com ênfase no valor de intercambiar conhecimentos e boas práticas de gestão para fortalecer as capacidades e competências locais em âmbitos técnicos e políticos. A mobilização de recursos técnicos e financeiros realizada pelos governos subnacionais e locais tem trazido enormes benefícios mútuos entre as instâncias envolvidas nas ações de cooperação descentralizada nas últimas décadas.

¹ Como é compreendido no presente texto, a cooperação descentralizada não implica necessariamente a delegação de funções, responsabilidades e poderes dos governos nacionais às entidades de nível subnacional, mas é mais utilizada para se referir à participação das entidades subnacionais e dos governos locais nos esquemas de cooperação internacional para o desenvolvimento, incluindo a Cooperação Sul-Sul e Triangular..

A cooperação internacional descentralizada tem um longo percurso, desde os modelos de ferramentas de cidades até a construção de múltiplas plataformas multilaterais de trabalho conjunto para a sistematização e o intercâmbio das lições aprendidas e de serviços de apoio. Uma característica fundamental é sua gênese em relações diretas entre pares, onde a semelhança de problemáticas e condições entre os participantes garante a efetividade e o impacto da cooperação, com conteúdos centrados em temas sensíveis como gestão pública, planejamento, práticas de atenção a problemas concretos e desenvolvimento de projetos estratégicos territoriais. Outra característica é a grande capacidade para mobilizar outros atores políticos, sociais e empresariais nas iniciativas de cooperação, produto justamente desta qualidade de diálogo direto que os governos locais têm. Desta forma, a cooperação descentralizada contribui para a integração e a eficácia da cooperação, impulsionando a aproximação das sociedades com homólogas de outros países.

A Cooperação Descentralizada Sul-Sul (CDSS) parte do contexto de colaboração da CSS entre países em desenvolvimento. Uma colaboração que pode ocorrer no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, tecnológico e educativo, e que pode ter o esquema de cooperação bilateral, triangular, regional ou birregional. Trata-se de uma cooperação que se caracteriza pela maneira de compartilhar mutuamente conhecimentos, habilidades, experiências, recursos humanos, técnicos, econômicos e financeiros, para atingir objetivos de desenvolvimento local ou regional através de esforços realizados entre os governos e outros atores subnacionais e locais envolvidos.



A Ibero-América conta com um alto potencial para o desenvolvimento da CDSS: os fortes laços sociais, econômicos e culturais que caracterizam os vínculos entre os países da região e a necessidade de gerenciar interdependências que facilitem a compreensão mútua e criem um ambiente propício para este tipo de parcerias.

Por outro lado, o Programa Ibero-Americano para o Fortalecimento da Cooperação Sul-Sul (PIFCSS) representa uma iniciativa intergovernamental destinada a fortalecer a Cooperação Sul-Sul e a Cooperação Triangular na Ibero-América. Através de diferentes linhas de ação, o PIFCSS contribuiu notavelmente para o fortalecimento de capacidades das instâncias reitoras de cooperação e de outros atores que integram os sistemas nacionais de cooperação na Ibero-América.

Dentro deste contexto de competências, o PIFCSS tem desenvolvido uma agenda de análise, diálogo e acordo que conduz à definição de uma estratégia para o fortalecimento da Cooperação Descentralizada Sul-Sul. Esta inclui: o desenvolvimento de análise e diagnóstico chamado *“A cooperação descentralizada na Ibero-América, uma visão a partir da Cooperação Sul-Sul”*, realizado em 2016; o Workshop com o mesmo nome realizado em Costa Rica em 2016; um segundo estudo chamado *“Lições aprendidas e desafios para a articulação de atores e a gestão da Cooperação Descentralizada Sul-Sul”*, realizado em 2017; um Workshop com o mesmo nome realizado no Paraguai em 2017; e um terceiro Workshop realizado na cidade de Buenos Aires, em 2018, chamado *“Agenda 2030 e território na Ibero-América, impulsionando um enfoque territorial da Cooperação Ibero-Americana e construindo uma agenda em apoio aos governos locais ibero-americanos para o desenvolvimento da Cooperação Descentralizada Sul-Sul”*.

Este processo significou a identificação e a visibilidade da importância das tendências crescentes da CDSS, bem como a identificação de seus principais desafios. Particularmente, permitiu estabelecer a necessidade de fortalecer a capacidade de coordenação e promoção por parte das instâncias nacionais responsáveis da cooperação internacional. Com base nas contribuições desta agenda, foram discutidas no Workshop de Buenos Aires, em 2018, as diretrizes que conduziriam a uma estratégia e a um plano de trabalho para o fortalecimento da Cooperação Descentralizada Sul-Sul na Ibero-América, as quais são apresentadas neste documento.

² PIFCSS, *A cooperação descentralizada na Ibero-América, uma visão a partir da Cooperação Sul-Sul*, Documento Técnico N° 11, 2016.

³ PIFCSS, *Lições aprendidas e desafios para a articulação de atores e a gestão da Cooperação Descentralizada Sul-Sul*, Documento Técnico N° 14, 2017

Marco e contexto para a participação dos governos sub-nacionais nos esquemas de Cooperação Sul-Sul

A proposta de estratégia de fortalecimento da Cooperação Descentralizada Sul-Sul se fundamenta no reconhecimento de pelo menos cinco dimensões centrais que a vinculam com os processos que enquadram seu potencial desenvolvimento. Estas são: as mudanças no ambiente internacional dentro de um processo intenso de globalização; o processo de descentralização e desconcentração; a Agenda 2030 e a Nova Agenda Urbana; o maior espaço adquirido pela Cooperação Sul-Sul e Triangular na agenda de cooperação para o desenvolvimento; e o fortalecimento das instâncias nacionais responsáveis da cooperação internacional.

1. VÍNCULO COM OS PROCESSOS DE INTEGRAÇÃO GLOBAL DE CIDADES E REGIÕES.

A economia mundial evolui em um contexto de internacionalização do capital, do conhecimento, dos mercados, da tecnologia, das informações e das comunicações. As redes de inovação e uma nova especialização internacional permeiam os níveis nacionais e enlaçam cidades e regiões em dinâmicos intercâmbios que determinam as vias de desenvolvimento nos territórios subnacionais, impulsionando cada vez mais intensos contatos entre as regiões e as cidades, além das fronteiras nacionais.

2. VÍNCULO COM OS PROCESSOS DE DESCENTRALIZAÇÃO E AUTONOMIA TERRITORIAL DAS ÚLTIMAS DÉCADAS.

O processo de descentralização administrativa, fiscal e política que viveram determinados países da região nas últimas décadas é o contexto onde se desenvolve o crescimento das ações de cooperação internacional descentralizada, que está aumentando no mundo e onde encontra a base institucional que serve de apoio para os processos de cooperação. Por este motivo, não é possível desvincular a natureza da CDSS dos processos de gestão territorial que emergem nas novas gerações de política pública.

3. VÍNCULO COM O NOVO PARADIGMA DA AGENDA 2030.

A cooperação para o desenvolvimento tem seguido um processo de convergência na Agenda 2030 e na Nova Agenda Urbana promulgada pela Conferência de Hábítat III, produto de processos mais amplos de avanço em um acordo global sobre o desenvolvimento sustentável, que leva várias décadas em processo de formação. A definição dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável constitui o contexto que marca as linhas da cooperação internacional atualmente. A CDSS se considera um modelo de cooperação para o desenvolvimento que tem muito a contribuir na implementação dos ODS, razão pela qual estão profundamente ligados e devem ser considerados como um contexto de gestão de uma estratégia para promovê-la.

O desenvolvimento territorial cobra relevância não somente porque a Agenda 2030 inclui um objetivo específico dedicado a conseguir que as cidades e os assentamentos humanos sejam inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis (ODS 11), mas porque muitas das 169 metas e meios de implementação apelam diretamente às responsabilidades dos governos locais e regionais, e requerem o concurso e a ação mancomunada dos territórios como espaços de desenvolvimento social, cultural, meio ambiental e econômico. O conceito de localização, entendido como o processo de adaptação da agenda global às características e circunstâncias de cada território, requer políticas que respondam às necessidades dos distintos atores do território. A cooperação internacional, através da Cooperação Descentralizada Sul-Sul, pode efetuar uma contribuição para que os governos locais, por meio do fortalecimento das capacidades e do intercâmbio de boas práticas, possam realizar o processo de implementação dos ODS no território ibero-americano. Esta modalidade de cooperação se apresenta como uma oportunidade para criar parcerias estratégicas entre governos locais e como um instrumento capaz de dar respostas diferenciadas nos campos de suas competências específicas.

4. VÍNCULO COM O CRESCIMENTO DA PERTINÊNCIA DA COOPERAÇÃO SUL-SUL E TRIANGULAR.

O contexto da CDSS é o mesmo que vem criando um **paradigma distintivo da cooperação para o desenvolvimento**, particularmente os modelos de Cooperação Sul-Sul (CSS), que foram estabelecidos como modelos distintos da tradicional cooperação norte-sul. Para os países em desenvolvimento, a cooperação é um dos mecanismos idôneos para fortalecer suas capacidades em um diálogo horizontal, com atores que compartilham suas realidades e estratégias de desenvolvimento por meio de intercâmbios de experiências de inovação de gestão. Os cenários onde são gerados os novos espaços da CSS servem de contexto para a CDSS, dos quais forma parte e deve assumir sua condição de modalidade particular da CSS.

Por ocasião dos 40 anos da aprovação do Plano de Ação de Buenos Aires para Promover e Realizar a Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento (PABA), foi realizada a Segunda Conferência de Alto Nível das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul em Buenos Aires, na qual é reconhecida a ampliação de esforços de intercâmbio e colaboração entre governos subnacionais e locais, bem como incentiva a fortalecer suas iniciativas como uma estratégia ideal para o cumprimento dos compromissos da Agenda 2030. Os objetivos expressados no PABA oferecem o contexto às relações entre os governos subnacionais e locais, e se ajustam às iniciativas que eles desenvolveram em sua própria cooperação entre pares. Particularmente, é reconhecida a importância da cooperação entre cidades, em reconhecimento ao peso do urbano na futura distribuição espacial da população e à necessidade de intensificar as relações entre territórios e localidades.

5. VÍNCULO COM A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO.

A institucionalidade para a cooperação internacional, incluindo a Sul-Sul e a Triangular, teve um importante processo de fortalecimento durante a última década, tanto em termos organizacionais como normativos. Um exemplo disto é o fortalecimento da institucionalidade para a cooperação internacional de múltiplas cidades da região, as sinergias e o trabalho articulado de redes de governos locais e organismos regionais que a CDSS foi consolidando.

Em base a estas considerações é construída uma proposta de estratégia de fortalecimento da CDSS para ser implementada no contexto do PIFCSS, tentando fortalecer sua capacidade nestes mesmos processos.

A CDSS e a Cooperação Ibero-Americana

A Secretaria Geral Ibero-Americana e o PIFCSS reconhecem a importância de promover a Cooperação Descentralizada Sul-Sul como um mecanismo idôneo para a localização da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, em reconhecimento do significativo crescimento que experimentou, durante estes quarenta anos, a atividade realizada pelas cidades, regiões e outras autoridades subnacionais nos países da região, e pela ampliação dos atores econômicos e sociais que adquiriram um crescente protagonismo nas agendas internacionais.

A Cooperação Ibero-Americana considera a gestão territorial, particularmente em níveis regionais e locais, como uma dimensão determinante do desenvolvimento sustentável. Em sua agenda, integrou as iniciativas dos países-membros para fortalecer os mecanismos de cooperação entre territórios. Neste sentido, foram realizados projetos adscritos à Cooperação Ibero-Americana, como o Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Estratégico Urbano, CIDEU, e a União Ibero-Americana de Municipalistas, UIM. Entre 2009 e 2015, a SEGIB, com a participação de doze países ibero-americanos, impulsionou o Programa Ibero-Americano de Cooperação em Gestão Territorial, que permitiu sistematizar e conceituar políticas, abordagens, metodologias e instrumentação da gestão territorial, que hoje servem como antecedentes para reivindicar o papel da Cooperação Ibero-Americana na promoção de reformas em áreas tão diversas como desenvolvimento rural, urbano, ambiental e planejamento.

Por sua parte, o PIFCSS, com base nos resultados de sua Estratégia de Médio Prazo 2015-2018, realizou, em 2016 (São José de Costa Rica) e 2017 (Assunção do Paraguai), dois encontros dedicados a abordar a CDSS na Ibero-América. Estes encontros permitiram: **A)** gerar um espaço de reflexão e intercâmbio de experiências entre os países; **B)** conhecer e caracterizar, em termos gerais e particulares, a situação da CDSS na Ibero-América; **C)** identificar oportunidades que permitam promover esta modalidade de cooperação; e **E)** identificar os desafios presentes na articulação de atores a na gestão da CDSS.

Através destas atividades, que também contemplaram a produção e a publicação de um conjunto de documentos analíticos, foi observada a necessidade de estabelecer um contexto de trabalho que permita avançar no fortalecimento de dinâmicas e práticas de cooperação entre os governos locais. Particularmente, os países ibero-americanos identificaram que seria necessário, entre outros assuntos: **A)** estabelecer contextos de trabalho com linhas de interesse para os governos locais; **B)** contar com instrumentos e ferramentas que permitam dar a conhecer o que está sendo feito nos territórios; **C)** construir uma plataforma regional que permita registrar as capacidades, contextos normativos e interesses dos governos locais; **D)** desenhar um plano de formação para a capacitação permanente; e **E)** apoiar os governos locais na fase do ciclo de gestão de projeto.

Neste sentido, os países destacaram a importância de que o PIFCSS possa continuar apoiando, mediante a Cooperação Descentralizada Sul-Sul, a gestão dos governos locais através de uma estratégia que envolva, também, os próprios mecanismos e ferramentas com as quais o PIFCSS conta, e contemple o desenvolvimento de novos instrumentos.

Atores da CDSS

São múltiplos os atores que participam na CDSS, com diferentes responsabilidades. Por definição, o ator central é o governo local ou regional, dentro de um contexto normativo que estabelece mecanismos de coordenação com as autoridades nacionais reitoras da cooperação internacional.

ENTIDADES NACIONAIS RESPONSÁVEIS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

As instâncias nacionais responsáveis da cooperação internacional têm, entre suas competências, a função de estabelecer contextos gerais para a promoção da CDSS e de diagramar estratégias para o fortalecimento das instâncias subnacionais e locais, para o exercício eficiente e ordenado das ações de CDSS.

É cada vez mais frequente que diversos governos da região estabeleçam linhas de trabalho para impulsionar, fortalecer ou canalizar a participação dos governos locais nos esquemas de cooperação. Desta maneira, foram criadas e consolidadas estruturas no interior das entidades nacionais reitoras da cooperação internacional, encarregadas da vinculação e da promoção com os governos subnacionais, para impulsionar, coordenar e gerenciar a cooperação descentralizada, bem como a CDSS, especificamente. No entanto, a estrutura para o atendimento desta modalidade de cooperação é muito heterogênea entre os países e não são tantos os que contam com uma normativa explícita que regulamente os processos de CDSS e as instâncias institucionais especializadas em nível nacional para o seu acompanhamento e apoio.

AUTORIDADES PÚBLICAS SUBNACIONAIS

A cooperação descentralizada desenvolvida por autoridades subnacionais constitui um universo heterogêneo e fortemente segmentado devido à diversidade de entidades participantes.

Uma classificação básica destas autoridades, considerando unicamente a institucionalidade pública que corresponde às divisões político-administrativas dos países e às figuras reconhecidas pelos modelos orgânicos de ordenamento territorial, pode ser observada a partir destas categorias:

> **AUTORIDADES MUNICIPAIS.** São as unidades territoriais político-administrativas básicas de todos os países da região. Contam com estruturas de governo constitucionalmente reconhecidas e há mais de 20 mil na região.

> **AUTORIDADES METROPOLITANAS.** São as unidades político-administrativas de segunda ordem e não chegam a 460, aproximadamente. Diferenciam-se significativamente dependendo de se o país é federativo (Espanha, México, Venezuela, Brasil e Argentina), com maiores graus de autonomia, e o resto dos países unitários.

> **AUTORIDADES DEPARTAMENTAIS, PROVINCIAIS, ESTADUAIS E AUTÔNOMAS.** São as unidades político-administrativas de segunda ordem e não chegam a 460, aproximadamente. Diferenciam-se significativamente dependendo de se o país é federativo (Espanha, México, Venezuela, Brasil e Argentina), com maiores graus de autonomia, e o resto dos países unitários.

> **AUTORIDADES REGIONAIS E SUB-REGIONAIS.** Integradas por estruturas que agrupam um conjunto de entidades territoriais (departamentais, estatais, provinciais ou municipais). Normalmente têm um caráter de planejamento ou especializado para atender áreas de política pública específicas. Não é fácil precisar a quantidade, já que corresponde a diversas estratégias de política e têm uma diversidade em sua institucionalidade, competências e contextos normativos pelos quais são regidas.

Como é possível observar, a diversidade e o número de autoridades subregionais integram um universo extremamente amplo, o que impõe a necessidade de estabelecer estratos e prioridades na focalização de uma estratégia para a CDSS. Um dos critérios que incide na heterogeneidade das iniciativas das autoridades subnacionais e locais tem a ver com a natureza e o grau de profundidade da desconcentração política, administrativa e fiscal em cada país.

AUTORIDADES SUBNACIONAIS ORGANIZADAS EM REDES E PARCERIAS NACIONAIS

A **associatividade** é uma característica das autoridades subnacionais, contando com uma abundante presença de redes que possuem uma enorme influência na gestão de seus processos de fortalecimento institucional.

> **REDES REGIONAIS.** As autoridades locais municipais constituem redes, com diferentes graus de formalização, no nível do governo subregional ao qual pertencem (departamentos, estados, províncias), as quais compartilham agendas políticas com o fim de melhorar suas capacidades de negociação perante o governo regional, agendas de planejamento para coordenar ações, investimentos e gerenciar assuntos de interesse comum, bem como agendas de cooperação técnica.

> **REDES NACIONAIS.** As parcerias de autoridades locais e regionais nos países são instâncias de enorme importância política e foram adquirindo cada vez mais preponderância como interlocutores influentes perante os governos nacionais. Suas agendas incluem espaços de cooperação e apoio técnico aos seus parceiros. Em alguns países contam com um poder significativo.

OUTROS ATORES

Apesar de ser aceito o fato de que a CDSS tem **natureza pública governamental**, ela é **fonte de inovação nos mecanismos de intercâmbio e relacionamento internacional**, particularmente favorecido pelo seu caráter multiatores que se manifesta na participação de uma multiplicidade de atores, o que é mais difícil de obter nos projetos de cooperação de nível nacional. A cooperação descentralizada tem uma fortaleza em seu relacionamento com a população, já que a autoridade local possui uma vantajosa aproximação com os atores empresariais e sociais.

> **A IMPORTÂNCIA DOS ATORES POLÍTICOS.** A CDSS é um espaço que conta com a fortaleza originada na participação direta e ativa de atores políticos, como prefeitos e vereadores, o que outorga às ações uma alta prioridade na agenda política dos governos subnacionais e fortalece sua capacidade de voz nas instâncias nacionais e internacionais.

> **OS ATORES SOCIAIS.** As organizações da sociedade civil são atores fundamentais que devem ter espaço nas ações de CDSS. Sua participação pode produzir complementaridades benéficas e projetar valor agregado, ampliando e enriquecendo esta modalidade de cooperação.

> **A PARTICIPAÇÃO DO EMPRESARIADO.** O setor privado tem um papel de receptor, mas também de apoio para levar mais adiante o alcance das ações de cooperação descentralizada, complementando os esforços das autoridades locais e dos financiadores.

> **O PAPEL DA ACADEMIA.** A participação e a iniciativa dos atores acadêmicos apresentam uma dinâmica importante, particularmente mediante a criação de redes que contribuem significativamente para uma maior autonomia das instâncias locais. Os atores acadêmicos são estratégicos, já que são atores territoriais que fortalecem a posição das autoridades locais receptoras, oferecendo visões e referentes de requerimentos que orientam a CDSS.

> **ATORES INTERNACIONAIS.** Outros atores que participam nas ações de cooperação incluem os organismos multilaterais e regionais, particularmente a banca de desenvolvimento, que conta com diferentes mecanismos que apoiam as ações de CDSS.

Princípios e características da CDSS na Ibero-América

PRINCÍPIOS

À gestão da CDSS é inevitável incorporar os princípios, valores, critérios e diretrizes que caracterizam a CSS. Neste sentido, a CDSS tende a se orientar em princípios como os de apropriação, alinhamento, responsabilidade mútua, complementaridade, horizontalidade e não condicionalidade, entre outros.

> **COLABORAÇÃO MÚTUA, HORIZONTALIDADE E SOLIDARIEDADE.** A CDSS é, por definição, o intercâmbio entre pares, e nela se busca alcançar a participação de terceiros em modelos do tipo de cooperação triangular. A **relação ganhar-ganhar é fundamental na cooperação para que se cumpra o critério básico de que cooperar é realizar juntos algo de interesse comum.** Não se trata de ajuda em uma só direção, mas sim a articulação de atores para executar as ações.

> **RECIPROCIDADE E RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA.** As ações de CDSS constituem **uma relação entre pares que se comprometem em um intercâmbio com objetivos ligados ao desenvolvimento de seus territórios,** criando uma relação onde são compartilhadas as responsabilidades e se busca a criação de um intercâmbio que gere corresponsabilidade entre as partes.

> **RESPEITO À PERTINÊNCIA LOCAL DA COOPERAÇÃO.** Para garantir que a cooperação seja pertinente, é necessário **garantir que responda às prioridades do território receptor,** o que impõe um modelo baseado na iniciativa da demanda.

> **COMPLEMENTARIDADE E VALOR AGREGADO DA COOPERAÇÃO** A cooperação **deve contribuir com valor agregado aos processos nos quais intervém** ou naqueles onde são direcionadas suas ações de apoio ou promoção. Isto deve ser refletido com clareza, de forma adicional e complementar aos esforços nacionais, expressado em evidências de contribuição.

> **NÃO CONDICIONALIDADE.** A CDSS não deve conter nenhum tipo de condicionalidade para os atores receptores das ações, entendendo que todos os participantes o fazem em condições de plena igualdade.

> **ADOÇÃO DOS PRINCÍPIOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL.** Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e a Nova Agenda Urbana. O desenvolvimento sustentável é uma filosofia, uma ética, sobre a sociedade, que se expressa hoje em acordos globais sobre uma agenda e um propósito comum, que deve se tornar um princípio da CDSS e ser estabelecido como contexto de fundo.

CARACTERÍSTICAS DISTINTIVAS DA CDSS

A seguir, são identificados alguns elementos que permitem uma caracterização da CDSS na Ibero-América.

> **LIMITADO AO ÂMBITO PÚBLICO.** A CDSS é aquela realizada pelos governos subnacionais, diferenciando-a das múltiplas ações que são realizadas por outros atores do desenvolvimento.

> **O CARÁTER SUL-SUL.** A CDSS parte do contexto de colaboração da CSS entre países em desenvolvimento. Uma colaboração que pode ocorrer no âmbito político, econômico, social, cultural, ambiental, tecnológico e educativo, e que pode ter o esquema de cooperação bilateral, triangular, regional ou birregional.

> **A ABORDAGEM NA DIMENSÃO TÉCNICA.** A gestão de conhecimento é o campo onde se concentra a maior quantidade de demandas de cooperação nas instâncias locais, que reforça o sentido essencial de que a experiência e as boas práticas compartilhadas têm um valor crítico na construção de capacidades institucionais para o desenvolvimento. O bem público mais importante gerado nos processos de CDSS é o conhecimento compartilhado, construído coletivamente, gerenciado colaborativamente e divulgado livremente.

> **DIVERSA Y DIFERENCIADA.** Existe uma grande heterogeneidade entre os países, mesmo no interior deles, de modalidades de formalização das ações de CDSS, o que revela a necessidade de atender os mecanismos institucionais e jurídicos que lhes amparam e a necessidade de manter a coerência das políticas de relações exteriores dos países. A diversidade é a marca da CDSS, que gera modelos flexíveis de geometria variável e que se adaptam às condições particulares dos atores específicos, países e temáticas.

A diversidade territorial é uma característica das regiões ibero-americanas, o que implica a necessidade de ter visões diferenciadas, já que é muito difícil encontrar padrões únicos de CDSS.

> **CARÁTER DE GOVERNANÇA MULTINÍVEL.** As estruturas multinível das competências e responsabilidades territoriais **implicam uma relação entre as autoridades nacionais, regionais e locais, que é definida no contexto de princípios de coordenação e solidariedade**, e que deve ser refletida no estabelecimento de relações internacionais de cada nível. A coordenação entre os níveis de governo e as instâncias de intermediação na cooperação são campos nos quais é necessário redobrar esforços para o fortalecimento da capacidade de institucionalidade pública local.

> **PARTICIPAÇÃO DE OUTROS ATORES SOCIAIS NA COOPERAÇÃO DESCENTRALIZADA.** Uma das características da CDSS é a frequente presença de atores sociais, que **se favorece pela relação de aproximação própria das administrações locais com as organizações da sociedade civil ou do empresariado**. Isto permite ações de cooperação mais vinculadas com a implementação de ações de desenvolvimento de capacidades locais e de fortalecimento da governança territorial.

Visão estratégica

O objetivo geral é o de contribuir para consolidar a modalidade de **Cooperação Descentralizada Sul-Sul na Ibero-América**, em cumprimento da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Especificamente, busca contribuir para criar um plano de ação acordado no contexto do PIFCSS, que permita às entidades reitoras nacionais de cooperação dar impulso e apoio ao desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul Descentralizada na Ibero-América.

OBJETIVOS

Os objetivos para atingir estes propósitos do PEFCSS são:

- > Fortalecer as capacidades com que contam as entidades nacionais reitoras da cooperação internacional, para acompanhar, articular e realizar o acompanhamento das ações de CDSS adiantadas pelos governos subnacionais e locais.
- > Fortalecer as capacidades dos governos subnacionais e locais em matéria de gestão e articulação de atores.
- > Ajustar as ferramentas de fortalecimento da Cooperação Sul-Sul gerenciadas pelo PIFCSS, para que seja iniciado um processo progressivo de incorporação de ações de CDSS.
- > Compartilhar experiências e boas práticas de CDSS entre os países ibero-americanos.
- > Visibilizar a CDSS nos países a partir de processos de inventário, sistematização e divulgação de experiências e boas práticas.

Eixos estratégicos e ações

Os eixos estratégicos e suas ações foram formulados considerando as condições objetivas de capacidade das entidades responsáveis e do PIFCSS, e devem ser considerados como um ponto de partida em um plano de ação.

EIXO 1: FORTALECIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES

Apesar dos notórios avanços nas iniciativas de cooperação internacional entre governos subnacionais e locais, é necessário avançar no desenvolvimento de capacidades das instâncias técnicas e políticas, nas quais reside a responsabilidade da Cooperação Descentralizada Sul-Sul, por meio de processos de formação, capacitação e intercâmbio estruturado de experiências. O desenvolvimento de capacidades deve ser concebido em um sentido amplo que atenda às necessidades das instituições públicas envolvidas e atores parceiros identificados.

Os **principais desafios** que são enfrentados pela CDSS no desenvolvimento de capacidades são:

- > **Fortalecimento da capacidade técnica** (para a formulação de projetos, negociações, gerenciamentos) em governos subnacionais/locais e entidades subnacionais/locais em matéria de cooperação internacional, e em entidades responsáveis da cooperação internacional.
- > **Ampliação da compreensão dos princípios e mecanismos de implementação da Agenda 2030** para o Desenvolvimento Sustentável e da Nova Agenda Urbana (significado, implicâncias e aplicação) nos governos subnacionais e locais.
- > **Visibilidade e apropriação das estratégias relativas à CDSS** por parte das entidades reitoras da cooperação, e conhecimento das estratégias nacionais de cooperação por parte de governos subnacionais e locais.

As linhas propostas são:

LINHA 1.1.

> DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES TÉCNICAS.

Desenhar e implementar uma estratégia integral de desenvolvimento de capacidades em equipes técnicas das entidades nacionais e instâncias subnacionais e locais, responsáveis de adiantar ações de CDSS que contenham:

> POSSÍVEL AÇÃO 1.1.1.

Um diagnóstico de necessidades de capacitação e formação de recursos humanos, iniciando pelas entidades responsáveis em nível nacional, por meio de uma pesquisa às autoridades subnacionais e locais.

> POSSÍVEL AÇÃO 1.1.2.

Desenho de um modelo curricular e de instrumentos formativos apoiados na utilização de meios digitais à distância, que constituam uma oferta formativa nos campos críticos requeridos.

> POSSÍVEL AÇÃO 11.3

Programar a inclusão e a participação de funcionários dos governos locais ibero-americanos nas diferentes capacitações que o PIFCSS oferece.

LINHA 1.2.

> DESENVOLVIMENTO DE CAPACIDADES INSTITUCIONAIS.

Adiantar um processo de análise dos ajustes normativos recomendados para eliminar possíveis barreiras normativas e institucionais que poderiam limitar a capacidade dos governos locais para adiantar as ações de cooperação internacional.

> POSSÍVEL AÇÃO 1.2.1.

Análise de avaliação de contexto com a participação de parcerias de governos subnacionais e locais.

> POSSÍVEL AÇÃO 1.2.2.

Desenvolvimento de um fórum virtual de intercâmbio de informações sobre experiências normativas dos países-membros do PIFCSS.

> POSSÍVEL AÇÃO 1.2.3.

Fortalecimento da rede de pontos focais da CDSS nas entidades responsáveis de cooperação, que regularize uma agenda de intercâmbio e encontros anuais, bem como estabeleça espaços de trabalho permanentes entre as instâncias nacionais e as entidades subnacionais e locais, para a execução e o acompanhamento das ações de CDSS.

EIXO 2: APOIO NO REGISTRO, ANÁLISE, SISTEMATIZAÇÃO E GERENCIAMENTO DE CONHECIMENTO

Ao reconhecer que um dos principais bens públicos internacionais gerados na CSS se enquadra nos processos de gestão de conhecimento, é estabelecida uma estratégia que permita desenvolver um espaço ativo e intenso de intercâmbio de conhecimento, baseado em boas práticas, lições aprendidas e experiências destacadas na gestão territorial.

Os **principais desafios** que são enfrentados pela CDSS são:

- > Criação de inventários da CDSS para contar com registros que permitam conhecer a magnitude das ações implementadas.
- > Sistematização da experiência da CDSS para contar com um acervo importante nos níveis locais sobre as boas práticas de cooperação.
- > Criação de mecanismos de divulgação e comunicação sobre a CDSS para obter mais e melhores informações.
- > Estímulo à investigação sobre a CDSS.
- > Promoção da tomada de consciência dos governos subnacionais e locais sobre seus papéis nos processos de CDSS e promover espaços de empoderamento.

As **linhas propostas** são:

LINHA 2.1.

QUANTIFICAÇÃO DA CDSS.

O dimensionamento das iniciativas, ações, projetos e eventos de intercâmbio e cooperação entre governos subnacionais e locais da região serve de base para a definição de estratégias de coordenação, regulamentação, acompanhamento e fortalecimento.

POSSÍVEL AÇÃO 2.1.1.

Estudar a viabilidade de adiantar um estudo de campo através de um desenho amostral que permita quantificar o universo e a segmentação das ações de Cooperação Descentralizada Sul-Sul, e que eventualmente possa ser incorporado ao Sistema Integrado de Dados da Ibero-América sobre Cooperação Sul-Sul e Triangular, SIDICSS.

POSSÍVEL AÇÃO 2.1.2.

Incorporar um módulo de informações sobre a CDSS nos espaços de divulgação do PIFCSS, que facilite informações sobre os inventários realizados e sobre as iniciativas de cooperação descentralizada.

LINHA 2.2.**SISTEMATIZAÇÃO DE CASOS.**

Recopilar e disponibilizar o conhecimento sobre boas práticas de CDSS a partir da sistematização de casos.

POSSÍVEL AÇÃO 2.2.1.

Adiantar um processo de sistematização de experiências emblemáticas de cooperação descentralizada em países ibero-americanos por meio do desenho e da implementação de um processo de análise de casos, a partir de um guia padronizado.

POSSÍVEL AÇÃO 2.2.2.

Avaliar a possibilidade de preparar um protocolo, conjuntamente com a SEGIB e os encarregados de registrar as informações do SIDICSS nas entidades reitoras de cooperação, para a incorporação futura dos registros de informações sobre a CDSS dentro do SIDICSS.

POSSÍVEL AÇÃO 2.2.3.

Impulsionar o desenvolvimento de análise e estudos que contribuam para o conhecimento dos fatores de sucesso, dos contextos de gestão de projetos e das iniciativas de CDSS na região.

POSSÍVEIS AÇÕES 2.2.4.

Gerar parcerias com a academia para o desenvolvimento de ações conjuntas que contribuam para a gestão do conhecimento em cada um dos países.

EIXO 3: DESENVOLVIMENTO DE METODOLOGIAS, INSTRUMENTOS E DOCUMENTOS ESTRATÉGICOS

A produção de materiais técnicos, normativos, estratégicos e instrumentais permitirá contar com ferramentas de apoio técnico aos países, tanto no nível das instâncias nacionais responsáveis da cooperação internacional como dos governos subnacionais e locais. Desta maneira, os mecanismos, metodologias, instrumentos e procedimentos gerados no PIFCSS são úteis para os governos locais, que poderiam utilizá-los de acordo com as suas situações e necessidades.

Os **principais desafios** da CDSS neste campo são:

- > Desenvolvimento de instrumentos para o apoio aos processos de formulação de projetos de CDSS, processos de identificação de necessidades, negociação, gestão e avaliação.
- > Desenvolvimento de contextos normativos que contribuam à formalização, coordenação e acompanhamento da CDSS pelas instâncias nacionais responsáveis da cooperação internacional.

As **linhas propostas** são:

LINHA 3.1.

FORTALECER AS INSTÂNCIAS NACIONAIS E SUBNACIONAIS DE PONTOS FOCAIS DA CDSS.

Implementar mecanismos de fortalecimento da rede de responsáveis nacionais da CDSS, com informações normativas, procedimentais, de formulação de projetos, instrumentos de planejamento e mecanismos de financiamento das iniciativas dos governos subnacionais e locais no contexto da CDSS, e o desenvolvimento de ações periódicas de intercâmbio presencial ou virtual.

POSSÍVEL AÇÃO 3.1.1.

Identificação e sistematização de casos emblemáticos de desenvolvimento normativo para a coordenação da CDSS no contexto institucional nacional.

LINHA 3.2.

INTERCÂMBIO DE EXPERIÊNCIAS EM CDSS.

Promover intercâmbios de experiências e boas práticas de CDSS no contexto do MECSS para que seja permitido o intercâmbio de experiências de avaliação ou ações específicas de iniciativa da rede de responsáveis nacionais da CDSS, dentro da rede do PIFCSS.

POSSÍVEL AÇÃO 3.2.1.

Apoio aos processos de desenho de instrumentos de avaliação dos instrumentos de formulação de projetos de CDSS, desenvolvidos nos países-membros.

EIXO 4: RELACIONAMENTO E DIÁLOGO ESTRATÉGICO

O capital relacional entre os governos subnacionais é considerado como um dos objetivos mais importantes da cooperação descentralizada. Nele reside o componente político que catalisa as tendências de descentralização e a autonomia territorial próprias da transição política institucional, que tem lugar no espaço político dos países ibero-americanos. Nesta direção, deve ser contemplada uma estratégia explícita para favorecer espaços de diálogo estratégico que envolvam as instâncias multilaterais internacionais, os governos nacionais, os governos subnacionais e locais, bem como os atores relevantes da sociedade civil e do setor privado.

Os **principais desafios** que são enfrentados pela CDSS são:

- > Visibilizar a CDSS (territórios e associações de territórios) nas entidades nacionais e espaços políticos.
- > Maior articulação entre o nível nacional e subnacional/local no referente à cooperação internacional.
- > Remoção das barreiras de acesso ou falta de espaços para que os governos subnacionais/locais possam acessar os mecanismos de cooperação internacional.
- > Promoção e divulgação das capacidades que as autoridades subnacionais/locais desenvolveram mediante a criação de redes.
- > Fortalecimento das potencialidades de parcerias entre atores internacionais, nacionais, subnacionais e locais.

As **linhas propostas** são:

LINHA 4.1.

A CDSS DENTRO DA AGENDA NACIONAL DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL.

Estabelecer uma agenda e elaborar ferramentas e mecanismos que contribuam ao envolvimento efetivo da CDSS nos espaços de gestão da cooperação internacional dos países, em correspondência com seus diferentes contextos políticos e normativos, de forma que se considere esta modalidade nas comissões mistas ou nos espaços de cooperação triangular.

POSSÍVEL AÇÃO 4.1.1. Desenvolver critérios e diretrizes para a integração voluntária das iniciativas de CDSS nas agendas nacionais de cooperação internacional, particularmente nas comissões mistas e fundos bilaterais, promovendo a abertura de linhas orientadas ao fortalecimento da implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável em nível local.

LINHA 4.2.

GRUPOS DE CONSULTA NAÇÃO-TERRITÓRIOS.

Criar um espaço de trabalho dos responsáveis nacionais de cooperação e dos responsáveis da CDSS com redes de governos locais para criar um grupo de consulta que permita avançar na definição de estratégias de fortalecimento e promoção da CDSS.

POSSÍVEL AÇÃO 4.2.1.

Estabelecimento de grupos de consulta permanente coordenados pelos responsáveis da CDSS em nível nacional, com a participação de governos subnacionais e locais.

EIXO TRANSVERSAL A: VISIBILIDADE E RELEVÂNCIA

A Cooperação Descentralizada Sul-Sul, como expressão do ganho de espaços políticos dos territórios subnacionais e locais, requer um posicionamento no contexto das políticas públicas para o desenvolvimento que se traduza em seu aprimoramento por parte dos governos nacionais, dando-lhes espaços de relevância e reconhecendo suas capacidades de criar valor agregado às políticas de desenvolvimento. Para isto, é necessário promover a visibilidade dos intercâmbios e projetos de CDSS, bem como sua vinculação com os ODS.

As **linhas propostas** são:

LINHA A.1.

COMUNICAÇÃO.

Adiantar um processo de divulgação da CDSS no espaço de comunicação virtual do PIFCSS, desenvolvendo mecanismos de apresentação dos avanços da presente estratégia, dirigida a autoridades nacionais, cooperadores e contra-partes internacionais, governos subnacionais e locais.

POSSÍVEL AÇÃO A.1.1. Abrir um espaço dedicado à divulgação de informações, notícias e avanços da estratégia de fortalecimento da CDSS no site do PIFCSS.

EIXO TRANSVERSAL B: ESTABELECEER SINERGIAS COM PROGRAMAS, INICIATIVAS E PROJETOS ADSCRITOS IBERO-AMERICANOS

O contexto da cooperação ibero-americana conta com diferentes projetos, iniciativas e programas de cooperação que se encontram intimamente ligados com a cooperação descentralizada, constituindo-se em veículos apropriados para o fortalecimento mútuo. Projetos adscritos como o Centro Ibero-Americano de Desenvolvimento Urbano, CIDEU, e a União Ibero-Americana de Municipalistas, UIM, são dois espaços da cooperação ibero-americana diretamente relacionados com a cooperação descentralizada, com os quais devem ser estabelecidas relações de colaboração. Mas igualmente em outros programas dos espaços sociais, econômicos e de conhecimento ibero-americano, encontram-se diversos laços de interação com a cooperação descentralizada.

As linhas propostas são:

POSSÍVEL AÇÃO B.1.1. Conformação do grupo de consulta em coordenação com a Secretaria para a Cooperação da SEGIB e com a participação dos programas CIDEU e UIM.

EIXO TRANSVERSAL C: INCORPORAR A PERSPECTIVA DE GÊNERO NOS TRABALHOS DO PROGRAMA

Seguindo as diretrizes da cooperação ibero-americana, a Cooperação Descentralizada Sul-Sul deve incorporar os valores, princípios e protocolos necessários para garantir a equidade de gênero em suas ações e em cada um dos componentes da presente estratégia.



Secretaría General
Iberoamericana
Secretaria-Geral
Ibero-Americana



PROGRAMA IBERO-AMERICANO
PARA O FORTALECIMENTO DA
COOPERAÇÃO
SUL-SUL

Esmeralda 1231, Palacio San Martín Casa 2, Piso 3,
C.A.B.A. C1007ABR - República Argentina
Tel +5411 4310 8309
www.cooperacionsursur.org

